

ATA NÚMERO 79/XII/1ª SL

11.setembro.2012 – 15h00

Aos 11 dias do mês de setembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Projeto de Lei n.º 267/XII/1ª (PCP) - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para e entrega de trabalhos, teses e dissertações.

- Apresentação pelo autor
- Deputada autora do parecer: Elza Pais (PS)

5. Projeto de Resolução n.º 450/XII (BE) - Tutela dos Museus e Património Cultural e regular funcionamento do Conselho Nacional de Cultura.

- Discussão em Comissão

6. Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de uma ação da União de apoio às capitais europeias da cultura para os anos de 2020 a 2033 [COM(2012)407].

- Apreciação liminar
- Distribuição para pronúncia da Comissão
- Autor do parecer: CDS-PP

7. Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno [COM(2012)372].

- Apreciação liminar
- Distribuição para pronúncia da Comissão
- Autor do parecer: PSD

8. Requerimento apresentado pelo PS para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre o motivo subjacente aos erros técnicos no concurso de recrutamento de docentes, bem como as medidas que pretende implementar para ultrapassar os mesmos.

- Apresentação e votação

9. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens – Dra. Julieta Sampaio.

- **Deliberação**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 18.setembro.2012 - 15h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) solicitou o adiamento da apreciação do ponto 9, o que foi aceite.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião de 31 de julho foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente propôs a realização de uma reunião de Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, para apreciação das questões relativas ao Parlamento dos Jovens (aprovação dos cartazes e renovação do protocolo de colaboração com a Dra. Julieta Sampaio), à calendarização das audições dos membros do Governo, bem como à operacionalização dos Grupos de Trabalho (GT) e Relatores. Esta reunião foi agendada para o dia 12 de setembro, às 14h00.
- 3.2. Havendo necessidade de dar, de imediato, início à atividade do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, o Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) confirmou a continuação da Sra. Deputada Isilda Aguincha como coordenadora deste GT.
- 3.3. O Sr. Presidente chamou a atenção para a necessidade de retificação do artigo 55.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que *Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar*. Assim, foi deliberado, por unanimidade, solicitar a retificação deste artigo, da seguinte forma:

Onde se lê

Artigo 55.º
Norma revogatória

1 — São revogados:

- a) O Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, alterado pelas Leis n.os 3/2008, de 18 de janeiro, e **39/2012**, de 2 de setembro;
- b) ...

2- ...

Deve ler-se

Artigo 55.º

Norma revogatória

1 — São revogados:

- a) O Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, alterado pelas Leis n.os 3/2008, de 18 de janeiro, e **39/2010**, de 2 de setembro;
- b) ...

2- ...

3.4. Deu ainda conhecimento dos pedidos de audiência recebidos na Comissão:

- Ordem dos Psicólogos, sobre o papel dos psicólogos nas escolas – Foi deliberado que esta audiência será agendada através do sistema do deputado-piloto, tendo sido designado o Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD), que procederá ao seu agendamento.
- Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) - Foi deliberado proceder ao seu agendamento através do deputado-piloto, cabendo ao PS a sua designação.
- Professores contratos de Técnicas Especiais da Escola Artística de Soares dos Reis – Um vez que estes professores foram recebidos em julho último, pela Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), foi solicitada a indicação do assunto que pretendem agora expor, não tendo, até ao momento, sido recebida qualquer resposta.

4. Projeto de Lei n.º 267/XII/1ª (PCP) - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Lei, chamando a atenção para o custo que representa, para os estudantes, a entrega dos trabalhos e das teses em formato diverso do digital, designadamente num momento em que muitos deles se confrontam com enormes dificuldades financeiras. Referiu ainda que os membros do júri podem requerer outro formato, cabendo às instituições assegurar esse serviço.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou importante ouvir o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) sobre esta questão, uma vez que o formato em papel se reveste de grande importância para o júri e dadas as dificuldades com que se debatem, atualmente, as instituições.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) manifestou a sua concordância em relação a esta proposta, que considerou essencial para fundamentar a posição dos Deputados.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que esta alteração acarreta um encargo substancial para as instituições, pelo que disse ser fundamental ouvir o CRUP e o CCISP.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) afirmou não se opor à audição, presencial ou por escrito, das entidades propostas, entendendo que deverão ser também ouvidos os estudantes. Considerou ainda que os gastos despendidos pelas instituições serão menores que a soma dos custos dos estudantes, individualmente, uma vez que aquelas poderão negociar este tipo de serviço, contribuindo para a racionalização dos custos.

Foi decidido solicitar parecer, por escrito, ao CRUP, ao CCISP, à APESP e às Associações de Estudantes, que deverá ser remetido no prazo de 30 dias.

A gravação áudio da apresentação da iniciativa e do debate que se seguiu encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Projeto de Resolução n.º 450/XII (BE) - Tutela dos Museus e Património Cultural e regular funcionamento do Conselho Nacional de Cultura.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o Projeto de Resolução, chamando a atenção para o facto de a reforma levada a cabo pelo Governo corresponder a um enorme retrocesso na gestão do património e dos museus portugueses, tendo a mesma sido efetuada sem consulta ou pedido de parecer ao Conselho Nacional de Cultura (CNC). Assim, reiterou a necessidade de a legislação relativa às alterações na tutela dos museus e do património cultural ser submetida a debate e parecer público do CNC.

O Sr. Deputado Rui Santos (PS) lamentou o facto de o Governo não cumprir o que a lei determina, considerando inaceitável a alteração deste tipo de legislação sem o parecer do Conselho Nacional de Cultura.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) afirmou que não compete ao Conselho Nacional de Cultura pronunciar-se sobre reorganização e leis orgânicas. Acrescentou ainda que os museus, ao contrário do que foi referido, não estão em perigo e continuam a dispor dos seus quadros técnicos.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que a questão da reorganização dos museus foi já amplamente discutida na Comissão e que se pretende atribuir ao Conselho Nacional de Cultura algo que não faz parte das suas competências.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) reafirmou que o Projeto de Resolução propõe apenas que o Governo cumpra a lei, considerando grave a arrogância e prepotência do Governo, que opta por não ouvir o Conselho Nacional de Cultura sobre questões fundamentais

A gravação da apresentação e do debate encontra-se disponível na página da Comissão, no [processo do respetivo Projeto de Resolução](#).

6. Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de uma ação da União de apoio às capitais europeias da cultura para os anos de 2020 a 2033 [COM(2012)407]. Esta iniciativa tem ainda associado um documentos de trabalho da Comissão Europeia [SWD(2012)226].

Apreciada a iniciativa, a Comissão deliberou proceder ao seu escrutínio. Cabendo ao CDS-PP a designação do relator, foi indicado o Sr. Deputado Michael Seufert, que deverá apresentar o relatório na reunião de 25 de setembro próximo.

7. Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno [COM(2012)372]. Esta iniciativa tem ainda associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)204] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)205].

A Comissão deliberou proceder ao escrutínio desta iniciativa, tendo sido designada relatora a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD). O relatório deverá ser apresentado na reunião de 02 de outubro.

8. Requerimento apresentado pelo PS para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre o motivo subjacente aos erros técnicos no concurso de recrutamento de docentes, bem como as medidas que pretende implementar para ultrapassar os mesmos.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) apresentou o requerimento, afirmando que a intervenção do Ministro da Educação e Ciência, agendada para o Plenário do dia 19 de setembro, não permitirá o esclarecimento dos erros que têm sido cometidos pelo seu Ministério.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou uma proposta, no sentido de ser ouvido, em alternativa, o Sr. Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, que tutela esta matéria, dado o carácter de tecnicidade que reveste o conteúdo do requerimento. Acrescentou ainda que o Sr. Ministro da Educação e Ciência fará declarações políticas sobre a abertura do ano letivo, no Plenário de 19 de setembro. Por último, referiu que, caso o PS insista na audição do Ministro, o PSD e o CDS-PP rejeitarão o requerimento e apresentarão uma proposta no sentido de ser ouvido o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) reafirmou que pretendem ouvir o Sr. Ministro, que poderá fazer-se acompanhar dos seus Secretários de Estado.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) disse acompanhar o requerimento do PS, considerando importante ouvir, de uma forma mais aprofundada, os esclarecimentos sobre as matérias constantes do requerimento. Lembrou ainda que o PSD e o CDS-PP defenderam, há um ano atrás, a necessidade de ouvir o Ministro da Educação e Ciência no início de cada ano letivo.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que é o Secretário de Estado quem tem competência nesta matéria específica, pelo que seria mais produtivo a audição deste membro do Governo. Lembrou ainda que o Ministro virá à Comissão pelo menos 4 vezes durante esta Sessão Legislativa.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria entregou um requerimento do PSD e do CDS-PP para a audição do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, sobre esta matéria, que foi admitido por unanimidade dos presentes, tendo o mesmo sido apreciado de imediato.

Após a apresentação do requerimento, pelo Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD), interveio o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), que comunicou que o PCP iria abster-se na votação, por entender que o recurso a este expediente não é uma boa prática e desvaloriza o requerimento apresentado anteriormente por outro partido.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) disse subscrever as palavras do Deputado Miguel Tiago (PCP), considerando que a responsabilidade do Secretário de Estado é menor e que o Ministro está a fugir às suas responsabilidades.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) discordou deste entendimento, lembrando que o PSD propôs a alteração do requerimento do PS, numa demonstração de grande abertura e disponibilidade. Realçou ainda o facto de o ano letivo estar agora no seu início e de a Assembleia da República ouvir já o Ministro da Educação e Ciência e o Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP, a abstenção do PS, PCP e BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

9. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens – Dra. Julieta Sampaio.

Adiado.

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 18.setembro.2012 - 15h00

A reunião foi encerrada às 16:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de setembro 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Elza Pais
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Maria Ester Vargas
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia